

MECANISMOS DE REFORMULAÇÃO NO ARTIGO CIENTÍFICO*

Matilde Gonçalves** | Rute Rosa***

Resumo: Situando-se no âmbito da Linguística do Texto e do Discurso e, em particular, nos estudos relativos ao género de texto, o presente trabalho visa identificar os mecanismos de reformulação no *artigo científico*, tendo em conta a influência do funcionamento social do género na ocorrência destes mecanismos. Da análise qualitativa à presença e à função dos mecanismos de reformulação a quatro textos escritos em português europeu, inscritos em duas áreas de investigação, concluíram-se quatro aspetos relevantes: 1) os artigos de Ciências Farmacêuticas evidenciam um maior número de marcadores de reformulação; 2) nos artigos de Direito, recorre-se a mecanismos de reformulação peculiares, tais como notas de rodapé, parênteses e siglas; 3) a dependência dos mecanismos de reformulação deve-se não só à inscrição genérica dos textos, mas também às atividades sociais a que o género está associado; 4) os estudos dos mecanismos de reformulação ao nível meso e macrotextual carecem e são necessários.

Palavras-chave: mecanismos de reformulação, artigo científico, texto, género.

* O presente trabalho é financiado por fundos nacionais portugueses, através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, como parte do projeto do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa – UID/LIN/03213/2020.

** CLUNL, NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa ; matilde.goncalves@fcsch.unl.pt

*** CLUNL ; ruterosa@fcsch.unl.pt

INTRODUÇÃO

As práticas de linguagem da esfera acadêmica suscitam um interesse atual, iniciado nos anos 80 (Swales, 1990, Fløttum & Rastier, 2003, entre outros autores da área do texto e do discurso). Para além das características da esfera acadêmica, na qual a retoma e discussão do conhecimento científico elaborado por pares são primordiais, importa ter em consideração a questão do gênero textual, enquanto modelo quer para a produção, quer para a interpretação textual (Rastier, 2001; Bronckart, 2008).

O presente trabalho visa identificar os mecanismos de reformulação no *artigo científico*, considerando a influência do funcionamento social do gênero na ocorrência destes mecanismos. Para tal, selecionou-se um *corpus* constituído por quatro textos escritos em português europeu, inscritos em duas áreas de investigação – Direito e Ciências Farmacêuticas. Em termos metodológicos, privilegiando uma abordagem descendente (Volochinov, [1929]1977) e uma perspectiva comparativa, articula-se uma análise de cunho qualitativo com uma análise quantitativa.

Este artigo conforma-se em três partes: a primeira parte é constituída pelo ponto de partida com a metodologia adotada e os instrumentos de análise, subdividindo-se na reformulação, nas atividades de linguagem e ação de linguagem e, finalmente, no gênero de texto *artigo científico* e seu funcionamento social; a segunda parte foca a questão da reformulação e dos mecanismos reformulativos, bem como os seus valores; finalmente, na terceira parte, observar-se-á os mecanismos de reformulação entre o resumo, a introdução e a conclusão de um artigo científico.

PONTO DE PARTIDA – METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

REFORMULAÇÃO

Considera-se a reformulação como um processo interpretativo, que serve para parafrasear, completar ou corrigir (Gülich & Kotschi, 1983). Duas tipologias sobre a reformulação são atestadas: a parafrástica e a não parafrástica. Relativamente à primeira, a qual será tratada no presente trabalho, existem três tipos definidos por Fuchs (1982): designação, denominação e exemplificação. Para além disso e de acordo com Fløttum (1995), Gülich e Kotschi (1995), a reformulação parafrástica funciona como operação de expansão

(pela especificação ou explicação) ou de redução (pelo resumo/síntese e pela denominação). Por outros termos, neste tipo de reformulação, está-se perante a elaboração de um primeiro termo (ou fragmento discursivo) apresentado de modo diferente “to facilitate the hearer’s understanding of the original”, segundo Blakemore (1993: 107), havendo assim equivalência semântica (Gülich & Kotschi, 1983). Cuenca (2003) e Cuenca e Bach (2007) identificam, por sua vez, três tipos: a explicação, a conclusão e o resumo; no âmbito da Teoria da Pertinência, Blakemore (2002), entre outros autores, sugere que a reformulação codifica quer um procedimento, quer um conselho. Destaca-se o estudo de Gómez (2010:89), o qual realça quatro razões diferentes para recorrer à reformulação:

Las razones que motivan ese proceso son de diverso tipo: a) se pretende explicar lo dicho en una formulación previa; b) se quiere recapitular lo anterior mediante una nueva formulación; c) se hace una reconsideración y se expresa desde un nuevo punto de vista; d) se quiere establecer una separación de distinto grado; y e) se corrige o rectifica lo dicho en un segmento anterior. La presencia de los marcadores de reformulación permite mostrar el tipo de operación establecida entre los miembros relacionados.

Desta pluralidade de propostas, importa sublinhar que, transversalmente a qualquer contexto de reformulação parafrástica, está em causa uma relação de equivalência ou de identificação, entre dois termos, construída pelo enunciador. Na reformulação não parafrástica, dá-se uma mudança de perspectiva enunciativa (Roulet, 1987), não havendo equivalência semântica entre o primeiro (reformulado) e segundo termo (reformulador).

Como referido anteriormente, focar-se-ão, neste estudo, os mecanismos que contribuem para a criação e manutenção da reformulação. Assim, a partir dos diversos estudos expostos anteriormente, apresenta-se uma tabela que visa sintetizar e categorizar esses mecanismos e marcadores de reformulação.

Quadro 1. Síntese dos marcadores e mecanismos de reformulação

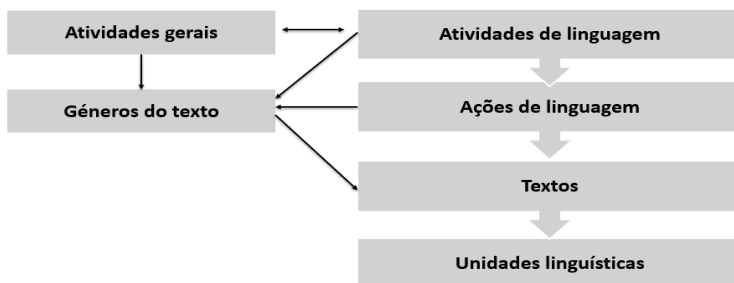
Conectores adverbiais e proposicionais (Duarte, 2003)	Conectores de explicitação-particularização	<i>Especificamente; nomeadamente; isto é; ou seja; quer dizer; por exemplo; em particular</i>
Marcadores de reformulação (Lopes, 2014)	Marcadores parafrásticos (marcação de uma relação de equivalência)	<i>Ou seja; isto é; quer dizer</i>
	Marcadores corretivos (marcação de uma relação de correção ou retificação)	<i>Ou melhor; ou antes; mais exatamente; mais corretamente; mais precisamente; aliás</i>
Mecanismos de reformulação (Núñez, Muñoz e Mihovilovic, 2006; Bach, Freixa & Suárez, 2003)		Marcadores de reformulação, repetições lexicais, hipónimos, sinónimos, parêntesis, aspas, pontuação, notas de rodapé, entre outros

ATIVIDADES DE LINGUAGEM, GÊNEROS E TEXTO

Na corrente de pensamento do Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD), a linguagem é perspectivada como forma de ação nas diferentes esferas de interação humana, sendo os textos os correspondentes empíricos e linguísticos das atividades de linguagem. Destarte, o texto é resultado de uma “ação de linguagem situada”, correspondendo a uma realização concreta do sistema linguístico numa determinada situação comunicativa (Bronckart, [1997]1999: 75).

Considerando estas relações de dependência, o ISD, na sequência dos trabalhos de Volochinov ([1929]1977), baseando-se numa metodologia de análise linguística descendente, defende que as produções de linguagem devem ser descritas, primeiramente, relacionadas com a atividade humana em geral, a seguir com os gêneros textuais, depois partindo das atividades de linguagem para os textos e, por último, partindo dos textos para as unidades linguísticas (Bronckart, [1997]1999: 107), como se pode observar no seguinte esquema:

**Figura 1. Metodologia descendente:
das atividades gerais às unidades linguísticas**

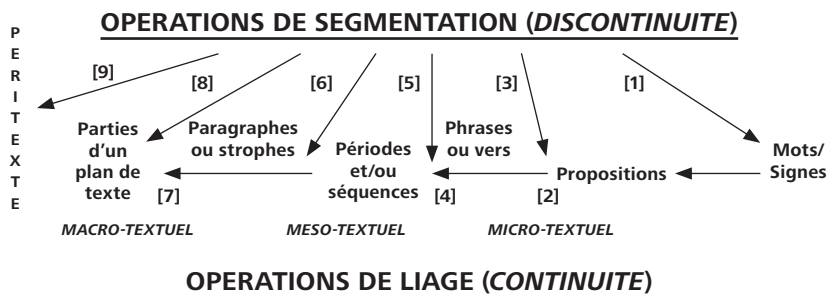


Partindo dos estudos de Bronckart ([1997]1999; 2008), Coutinho (2005; 2019), Gonçalves (2014), Gonçalves e Valentim (2017) e Miranda (2010; 2017), no que toca à questão dos gêneros, dos textos e da sua inter-relação, importa sublinhar que os gêneros são instrumentos flexíveis, disponíveis e necessários para a organização do uso da língua em unidades de comunicação, isto é, em textos; assim sendo, regulam as práticas comunicativas e estão associados às atividades da vida social, o que, consequentemente, possibilita a observação do(s) uso(s) da língua nas diferentes esferas de atividade. No nosso caso, trata-se da atividade académica.

Qualquer texto constitui uma ação de linguagem que é realizada mediante a interação com um dos modelos de género sincronicamente disponíveis. A edificação de um texto convoca a seleção de um género mais adequado à situação e sua adaptação, em função dos parâmetros específicos da situação de comunicação. Tal materializa-se pela escolha de recursos linguísticos específicos, facto que torna o texto um objeto único.

Ainda sobre a questão do texto, importa sublinhar que o processo de “fazer texto” edifica-se a partir de duas tensões: uma entre segmentação e ligação das unidades e outra entre repetição e progressão. Se, por um lado, as unidades textuais se desagrupam através de operações de segmentação, por outro, agregam-se por meio de operações de ligação, estabilizando o fluxo textual descontínuo em contínuo (Adam, 2013: 25-28). O seguinte esquema esclarece de forma inequívoca este processo:

Figura 2. Operações de segmentação e ligação textual e planos macro, meso e micro textual (Adam, 2013: 29)



Além disso, é de notar os diversos planos constituintes de um texto – microtextual, mesotextual e macrotextual – nos quais se realizam as diversas operações de textualização. No nível micro, ocorrem as operações de ligação e segmentação estabelecidas entre as palavras/signos, proposições e frases/versos; no nível mesotextual, os períodos, as sequências e os parágrafos/estrofes; finalmente, no nível macrotextual, dão-se as operações entre as partes do plano de texto.

O GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO

Tendo em conta a centralidade do género *artigo científico* no âmbito académico, este tem vindo a ser objeto de investigação a partir de diferentes perspetivas teóricas e com diferentes finalidades. Neste âmbito, destacam-se, em primeiro lugar, na área do Inglês para Fins Académicos, os trabalhos de Swales (1990). Além disso, têm sido igualmente realizadas investigações que visam o desenvolvimento de competências de escrita na esfera académica, designadamente os trabalhos que focam os *géneros incluídos* (Rastier, 2001), como, por exemplo, *resumo/abstract* e a *introdução* (Bunton, 2002; Kawase, 2015; Silva & Santos, 2015), e os *géneros rapsódicos* (Rastier, 2001), onde se inclui o *artigo científico* (Silva & Rosa, 2019; Rosa, 2020). Por outro lado, são igualmente relevantes os trabalhos que visam a didatização e apropriação dos géneros académicos, como é o caso dos projetos *Práticas Textuais 17|18* (Jorge et al., 2018) e *Práticas Textuais 18|19* (Gonçalves et al., 2020).

Entre os trabalhos realizados sobre o género, numa perspetiva geral, sem nos determos numa caracterização detalhada, tem vindo a ser evidenciado

que o *artigo científico* admite diferentes formas de textualização dos conteúdos temáticos (Costa, 2003). Por outro lado, o género caracteriza-se pela flexibilidade do plano de texto, sendo as propriedades deste determinadas, em grande medida, pelas especificidades das áreas científicas, nomeadamente no que concerne aos processos de investigação adotados (Silva & Rosa, 2019; Rosa, 2019; Rosa, 2020). Embora o *artigo científico* se caracterize discursivamente pelo predomínio da *ordem do expor autónomo*, o género admite diferentes níveis de implicação, dependendo estes, em parte, das práticas comunicativas em uso nas diferentes áreas de investigação (Rosa, 2020). Relativamente à análise dos mecanismos de reformulação no *artigo científico*, em Pinto (2018), observa-se que o valor semântico-discursivo mais frequente no género é o de explicação.

Neste trabalho e tal como já foi referido, o objetivo é, desta forma, identificar os mecanismos de reformulação no *artigo científico*, considerando a influência do funcionamento social do género na ocorrência destes mecanismos.

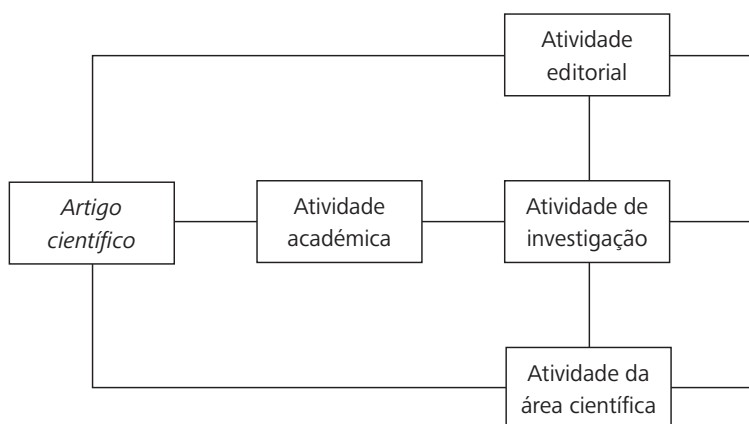
FUNIONAMENTO SOCIAL DO GÉNERO

A origem do funcionamento social do *artigo científico* remonta aos séculos XVI e XVII, época em que estudiosos começaram a divulgar as suas descobertas científicas através da troca de cartas (Stumpf, 1996: 1; Rosa, 2020: 121). Já a publicação de revistas científicas surgiu a partir do século XVII, o que veio transformar o modo de comunicar e divulgar o trabalho científico. Embora a troca de cartas entre os cientistas não tivesse cessado, esta prática foi ganhando um carácter mais pessoal e individualizado (Stumpf, 1996: 1). Deste ponto de vista, desde a sua génese, o *artigo científico* constitui um instrumento de comunicação do trabalho de investigação científica, relacionando-se atualmente com outros géneros, como, por exemplo, o *resumo de comunicação*, a *comunicação*, o *póster científico*, a *dissertação* e a *tese* (Swales, 1990: 177).

O *artigo científico* é, desta forma, um género mobilizado na atividade académica, mais especificamente, no âmbito da atividade de investigação que, por seu lado, pode estar associada à atividade científica de diferentes áreas. Embora tenhamos considerado artigos mobilizados em duas áreas de investigação – Direito e Ciências Farmacêuticas – o género é mobilizado em muitos outros domínios científicos, como, por exemplo, Engenharia, Psicologia, História, entre outros. Além disso, o *artigo científico* está também associado à atividade editorial que, por sua vez, é influenciada pela atividade de investigação, bem como pela área científica em que o género é mobilizado. É, assim, expetável

que exemplares do género inscritos em diferentes áreas científicas, como é o caso dos textos selecionados, obedeçam a diretrizes de publicação distintas, apresentando, por isso, características particulares e diferenciais (cf. Silva & Rosa, 2019; Rosa, 2020). Conforme se ilustra na figura seguinte, o *artigo científico* está, desta forma, associado a quatro atividades, sendo que estas se condicionam mutuamente.

**Figura 3. Atividades e género *artigo científico*;
extraída de Rosa (2020: 124)**



CORPUS E ASPETOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo a que nos propomos, selecionou-se um *corpus* constituído por quatro textos escritos em português europeu, inscritos em duas áreas de investigação – Direito e Ciências Farmacêuticas.

Os exemplares selecionados, que se apresentam no quadro seguinte, circulam em revistas científicas nacionais. Para identificar os textos na análise, utiliza-se uma sigla constituída pelas iniciais da designação do género e da área de investigação, assim como pelo número de exemplar.

Quadro 2. *Corpus*

<i>Fatores explicativos do consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal</i> Disponível em: http://www.actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/60/115	ACF1
<i>O Preço dos Medicamentos Genéricos em Portugal (2011-2012): Estado, Cidadão e Farmácia</i> Disponível em: http://www.actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/8/108	ACF2
<i>O presente e o futuro das relações familiares e sucessórias internacionais no Direito da União Europeia. Um ponto da situação</i> Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/82598	ACD3
<i>Nos 40 anos da Constituição: uma revisitação da constituinte de 1976 num novo olhar pelo estatuto constitucional do Presidente da República</i> Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/pdf/epub/v3n3/v3n3a03.pdf	ACD4

A análise que segue comporta dois momentos, um de cunho quantitativo relativo aos mecanismos de reformulação e outro mais qualitativo, no qual se observará as relações de reformulação que se estabelecem entre o resumo e a introdução e a conclusão.

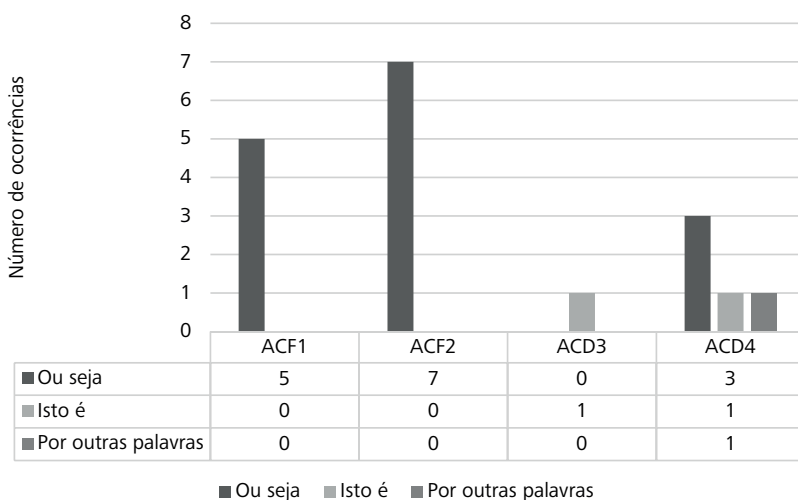
ANÁLISE DOS MECANISMOS DE REFORMULAÇÃO

Como observado anteriormente, existem múltiplas tipologias e classificações dos marcadores de reformulação, existindo algumas sobreposições e divergências terminológicas. Face ao exposto, na análise efetuada, não partimos de uma tipologia específica, assumindo o pressuposto de que as funções dos marcadores de reformulação são evidenciadas textualmente e, por isso, uma classificação estanque pode excluir marcadores não considerados. Deste ponto de vista, o percurso privilegiado é inverso, tendo em conta que procuramos identificar os marcadores que evidenciam determinadas funções, isto é, com determinado valor.

Começando pelos marcadores de reformulação com valor de explicação, como se apresenta no gráfico seguinte, nos artigos de Ciências Farmacêuticas, num exemplar, temos 5 ocorrências do marcador *ou seja* (ACF1) e 7 ocorrências do mesmo marcador no outro exemplar (ACF2). Já nos exemplares de Direito, com valor de explicação, enquanto em ACD3 temos apenas 1 ocorrência do

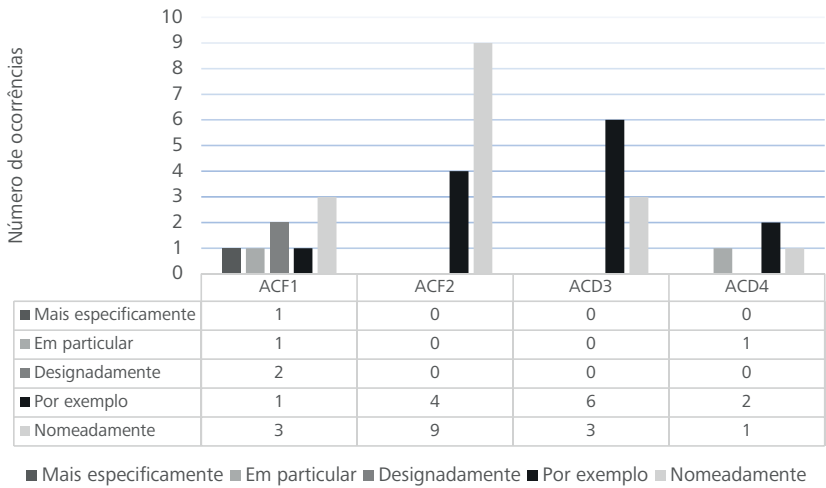
marcador *isto é*, em ACD4, identificámos 3 ocorrências do marcador *ou seja*, 1 ocorrência do marcador *isto é* e 1 ocorrência do marcador *por outras palavras*. Comparando a totalidade de ocorrências, nos exemplares de Ciências Farmacêuticas, temos 12 marcadores de reformulação com valor de explicação, ou seja, o dobro das ocorrências identificadas nos exemplares de Direito (cf. Gráfico 1.).

Gráfico 1. Marcadores de reformulação com valor de explicação



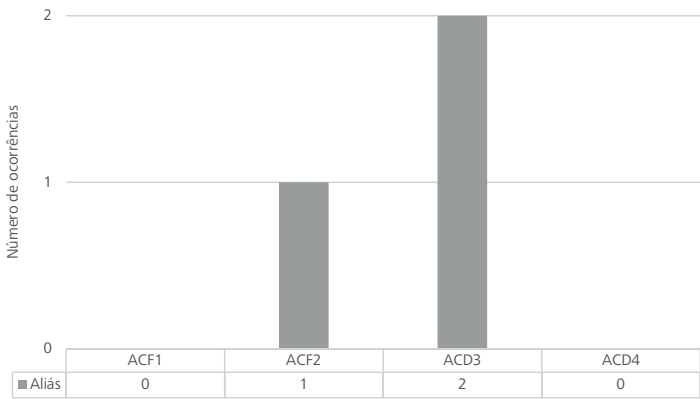
Relativamente aos marcadores de reformulação com valor de especificação, conforme se apresenta no gráfico seguinte, observa-se que estes são bastante diversificados, destacando-se as seguintes ocorrências: 1 ocorrência do marcador *mais especificamente* em ACF1; o marcador *em particular* com 1 ocorrência em ACF1 e 1 ocorrência em ACD4; 2 ocorrências do marcador *designadamente* em ACF1; 1 ocorrência do marcador *por exemplo* em ACF1, 4 em ACF2, 6 em ACD3 e 2 em ACD4; 3 ocorrências de *nomeadamente* em ACF1, 9 em ACF2, 3 em ACD3 e 1 em ACD4.

Gráfico 2. Marcadores de reformulação com valor de especificação



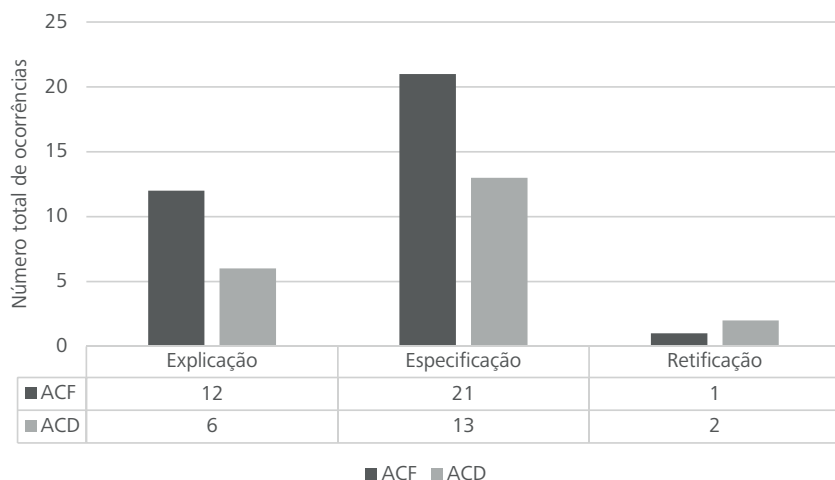
Comparando a totalidade de ocorrências, observa-se, mais uma vez, um número de ocorrências superior nos exemplares de Ciências Farmacêuticas (21 ocorrências), enquanto nos exemplares de Direito temos 13 ocorrências de marcadores de reformulação com valor de especificação. No que concerne aos marcadores de reformulação com valor de retificação, identificámos apenas 1 ocorrência do marcador *aliás* em ACF2 e 2 ocorrências do mesmo marcador em ACD3.

Gráfico 3. Marcadores de reformulação com valor de retificação



Comparando os exemplares das duas áreas, na totalidade, enquanto nos artigos de Ciências Farmacêuticas, ocorrem 34 marcadores de reformulação, nos exemplares de Direito, ocorrem 21 marcadores de reformulação (cf. Gráfico 4.).

Gráfico 4. Total de ocorrências de marcadores de reformulação



Por outro lado, verifica-se que os marcadores de reformulação com valor de especificação são os mais frequentes, sendo os de retificação os menos frequentes.

Embora o número de textos analisados não permita conclusões inequívocas e generalizações, os resultados obtidos mostram que os artigos de Ciências Farmacêuticas tendem a apresentar um maior número de marcadores de reformulação. Porém, como se irá observar em seguida, estas diferenças, no que respeita ao número de marcadores de reformulação linguísticos, decorrem do facto de a reformulação ser assegurada por outros mecanismos nos exemplares de Direito, designadamente através das notas de rodapé, dos parênteses e das siglas, que assumem funções de especificação, de explicação e de retificação, como se ilustra no exemplo que segue (cf. Figura 3.).

Neste exemplo, a numeração que remete para a nota de rodapé constitui um mecanismo de reformulação com valor de explicação. Porém, na nota de rodapé, os parênteses curvos também constituem um mecanismo de reformulação, assumindo no exemplo assinalado um valor de especificação.

Figura 4. Excertos de ACD3

A assumpção pela União Europeia de competência legislativa em matéria de conflitos de leis e conflitos de jurisdições após o Tratado de Amesterdão, e mais tarde reafirmada peio Tratado de Lisboa³, alterou de forma visível e indelével a regulação e o tratamento jurídico das relações internacionais no espaço europeu e nas relações com países terceiros.

³ A base legal desta “europeização” do Direito Internacional Privado decorre do art. 65.º do Tratado de Amesterdão (e actual art. 81.º do TFUE) em que a União Europeia chamou a si a competência, atribuída ao Parlamento Europeu e ao Conselho através de processo legislativo ordinário, para tomar medidas de cooperação judiciária em matéria civil com incidência transfronteiriça quando tais medidas se mostrassem necessárias para o bom funcionamento do mercado interno, nomeadamente compatibilizando as normas aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflitos de leis e de jurisdições (art. 81.º, n.º 2, c) do TFUE).

Embora nos artigos de Ciências Farmacêuticas também possam ser utilizadas notas de rodapé, estas funcionam mais como forma de citação e não como mecanismo de reformulação. Na nossa perspetiva, em áreas de cunho tendencialmente experimental, como é o caso das Ciências Farmacêuticas, a tematização dos conteúdos temáticos tende a ser mais objetiva e sistemática, sendo, por isso, previsível que a reformulação não se concretize através de notas de rodapé com função explicativa, mas no corpo do texto. Nas áreas em que o objeto de estudo é um tema objeto de reflexão, como é o caso da área do Direito, as notas de rodapé permitem ampliar a reflexão. Deste ponto de vista, estas particularidades atestam o modo como as diferentes áreas de investigação a que pode estar associado o género influenciam os mecanismos de reformulação mobilizados nos textos.

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE REFORMULAÇÃO A NÍVEL TEXTUAL

Como analisado em Gonçalves e Valentim (2017), a reformulação, no que toca à organização textual, pode assegurar a coesão textual e contribuir, concomitantemente, para a progressão textual. Partindo deste pressuposto, no que se segue, pretendemos evidenciar se nas relações intratextuais entre o resumo peritextual e o corpo do texto, em particular na introdução e na conclusão, existem mecanismos de reformulação de expansão ou redução ou se se trata

de mecanismos de retoma. Para tal, iniciaremos a nossa análise com algumas considerações referentes ao plano de texto do *artigo científico*, para, posteriormente, atentar nas relações intratextuais. Equacionando a estrutura global do gênero *artigo científico*, é consensual este estar organizado em torno do título, da autoria e da sua afiliação, do resumo, do corpo de texto – constituído pela introdução, desenvolvimento e conclusão – bem como pelas referências bibliográficas, como se pode observar no esquema abaixo:

Figura 5. Estrutura do artigo científico



O resumo de um artigo científico visa tematizar o objeto da investigação, assim como evidenciar a pertinência do trabalho, apresentando o objetivo da investigação, os resultados e as conclusões. Para além desses aspetos, o resumo pretende igualmente divulgar conteúdo suficiente para situar o leitor relativamente à pertinência do trabalho realizado e assim convencê-lo a lê-lo na íntegra (Costa, 2003).

Por questões de espaço, apresentaremos os aspetos mais relevantes relativos ao artigo científico das Ciências Farmacêuticas (ACF1) organizados em duas fases: 1) relação entre resumo e a introdução; 2) relação entre resumo e conclusão.

Figura 6. Resumo e introdução do texto ACF1**RESUMO**

Este estudo tem como objetivo determinar os fatores que contribuem para o consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal. Esta análise usa dados provenientes do 4º Inquérito Nacional de Saúde e o modelo aplicado é o modelo de regressão logística múltipla. / A variável dependente é dicotômica: toma/não toma MNSRM. Como variáveis explicativas consideram-se variáveis sociodemográficas, variáveis de estado de saúde, bem como variáveis relativas à utilização de cuidados de saúde. Os consumidores de MNSRM são divididos em dois grupos: os que consomem este tipo de produtos para fins de nutrição e os que consomem para fins de automedicação. O grupo dos não consumidores é usado como grupo de controlo nas duas análises. Em ambos os casos o grupo mais propenso ao consumo são as mulheres, com rendimentos mais elevados e maior grau de escolaridade.

Palavras-chave: MNSRM, Portugal, fatores explicativos do consumo

INTRODUÇÃO

Os medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) apresentam vantagens e desvantagens. Do lado das vantagens destacam-se a maior acessibilidade a cuidados e a redução dos custos de tempo e monetários. Contudo, os MNSRM apresentam riscos já que a automedicação poderá levar o consumidor a uma dependência de medicamentos, ao retardar de um diagnóstico de uma doença, existindo ainda riscos associados ao mau uso e à interação medicamentosa¹. Para que as medidas de política sejam delineadas tendo em conta as características dos seus destinatários e para que as próprias campanhas de informação se adequem ao seu público-alvo, é importante conhecer o perfil dos utilizadores deste tipo de medicamentos. Assim, o objetivo deste estudo é traçar esse perfil, identificando os fatores explicativos do consumo de MNSRM em Portugal. Os dados utilizados neste estudo provêm do 4º Inquérito Nacional de Saúde. Para avaliar a associação entre as diversas variáveis e o consumo de MNSRM recorreremos à regressão logística múltipla. A variável dependente é dicotômica: consome/não consome MNSRM. Os utilizadores de MNSRM são divididos em dois grupos: os que consomem este tipo de produtos para fins de nutrição e os que os consomem para fins de automedicação. Os não utilizadores são usados como grupo de referência em ambas as análises. / Existem alguns estudos sobre prevalência e fatores preditores do consumo de MNSRM em Portugal (conforme revisão de Cruz et al 2015)², no entanto, dois dos quatro estudos citados têm uma abrangência local e nenhum estudo utilizou a base de dados do Inquérito Nacional de Saúde. Em termos de atualidade, apenas um é relativamente recente (respeitante a 2011). De acordo com estas análises, existe uma associação positiva entre o consumo de MNSRM e: menor idade; escolaridade mais elevada; utilização de serviços de saúde; maior tempo de espera por uma consulta. Alguns dos resultados obtidos no nosso estudo estão em consonância com estes, nomeadamente, o maior risco de consumo em faixas etárias mais baixas e em grupos com maior nível de escolaridade. A base de dados por nós utilizada permitiu no entanto explorar mais fatores preditores do consumo.

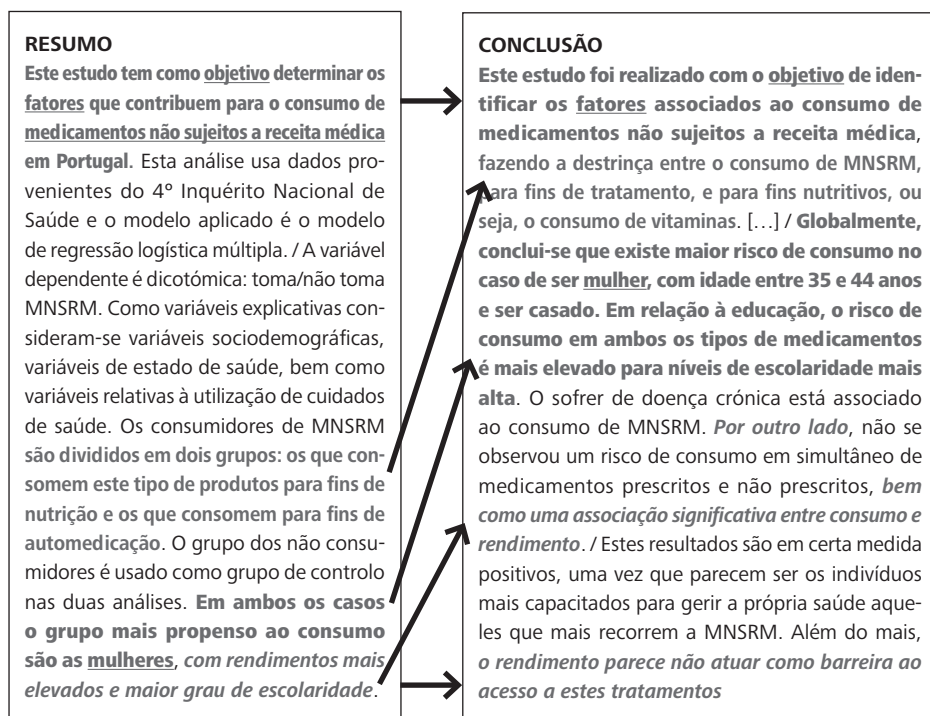
Para marcar os blocos de texto semelhantes entre o resumo e a introdução, recorreremos a uma marcação por cores, sendo o vermelho o que é comum entre o resumo e a introdução e o preto o que lhes é específico. No caso do resumo, denota-se o início do mesmo com o objetivo do resumo, ao passo que na introdução é realizada uma contextualização global. No que toca ao objetivo do trabalho e embora haja equivalência semântica, é de considerar uma diferença no foco do artigo. De facto, se no caso do resumo se visa a determinação de fatores para promover o consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRC), na introdução objetiva-se traçar o perfil das pessoas que consomem esses medicamentos pela identificação dos fatores.

Ao nível temático, observa-se a apresentação da metodologia com o recurso ao 4º inquérito nacional de saúde, ao método de regressão logística múltipla, aos grupos analisados e ao grupo de controle.

No que toca às diferenças, no resumo, recorre-se a uma reformulação por expansão com vista à explicação das diversas variáveis e na introdução não. Para além disso, na introdução, é de notar a presença do estado da arte – aspeto não contemplado no resumo.

Pelo exposto, as relações estabelecidas entre o resumo e a introdução são mais da ordem da retoma do que foi tematizado do que propriamente da reformulação. Tal como no exemplo anterior, recorreremos à marcação por cores para evidenciar as equivalências semânticas entre o resumo e a conclusão do artigo em questão, assim como o recurso a setas para facilitar a visualização das relações temáticas.

Figura 7. Resumo e conclusão do texto ACF1



Quer o resumo, quer a conclusão iniciam com o mesmo conteúdo temático, a saber o objetivo do trabalho. O único aspeto diferente incide na utilização do tempo verbal, presente do indicativo no resumo e pretérito perfeito (através de uma passiva) na conclusão.

Outro fenómeno relevante diz respeito aos resultados. Estes são apresentados de forma sintética no resumo e de modo mais expandido na conclusão.

No resumo, é perspectivado que a mulher é a maior consumidora de MNSRM e no que toca à conclusão existe uma expansão com especificação do conteúdo (idade e estado civil). Curiosamente, assiste-se a uma não total equivalência semântica entre o resumo e a conclusão, em particular na análise dos resultados. Como se pode observar nos segmentos a verde, na secção resultados do resumo, é-nos dito que as mulheres com rendimentos mais elevados e maior grau de escolaridade são mais propensas ao consumo dos MNSRM. Todavia, na conclusão, pode-se ler “não se observou [...] uma associação significativa

entre consumo e rendimento”, bem como “o rendimento parece não atuar como barreira ao acesso a estes tratamentos”.

De acordo com o exposto neste caso, observa-se um fenómeno reformulativo de expansão entre o resumo e a conclusão e de redução e síntese entre a conclusão e o resumo. Destarte, os mecanismos de reformulação entre o resumo e a conclusão constituem duas faces do mesmo fenómeno reformulativo.

NOTAS FINAIS

Embora os resultados da nossa análise se sustentem num número reduzido de textos, lançam luz sobre alguns aspetos relevantes, dos quais destacamos os seguintes:

- entre as duas áreas estudadas, os artigos de Ciências Farmacêuticas evidenciam um maior número de marcadores de reformulação;
- no caso dos artigos de Direito, foram observados mecanismos de reformulação peculiares, tais como notas de rodapé, parênteses e siglas, assumindo funções de especificação, de explicação e de retificação;
- a dependência dos mecanismos de reformulação deve-se não só à inscrição genérica dos textos, mas também às atividades sociais a que o género está associado.

Para além destes aspetos e tal como foi demonstrado, quer na observação dos mecanismos de reformulação entre o resumo peritextual e a conclusão, quer nas notas de rodapé como fenómeno reformulativo, há necessidade de encarar a reformulação em diversos níveis textuais. De facto, se habitualmente os estudos sobre esta questão atuam essencialmente ao nível da(s) frase(s) (microtextual), é fulcral ter em conta a complexidade textual e os níveis meso e macrotextual.

Resta-nos consolidar as pistas evidenciadas no presente trabalho em estudos futuros e em maior escala.

REFERÊNCIAS

- Adam, Jean-Michel (2013), *Problèmes du texte, Pré publications*, Université d'Aarhus. Disponível em: http://cc.au.dk/fileadmin/dac/Arrangementsfoto/Prepub_no_200_-_nov_2013.pdf
- Bach, Carme, Freixa, Judit & Suárez, Mercedes (2003), “Equivalencia conceptual y reformulación parafrástica en terminología”, Correia M, ed. Terminología e indústrias da língua: *atas do VII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia*, Lisboa: ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional, pp. 173-184.
- Blakemore, Diane (2002), *Relevance and Linguistic Meaning: The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Blakemore, Diane (1993), “The Relevance of Reformulations”, In *Language and Literature* 2(2), pp. 101-20.
- Bronckart, Jean Paul (1997), *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*, Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, Jean Paul (2008), Genres de textes, types de discours, et « degrés » de langue. *Texto ! Textes et cultures*, 13(1).
- Bunton, David Rowland (2002), “Generic moves in phd thesis introductions” J. Flowerdew (Ed.), *Academic Discourse*, pp. 57-75, London: Pearson Education Ltd.
- Costa, Adriano Ribeiro da (2003), *O gênero textual artigo científico: estratégias de organização*, Tese de Doutorado, UFPE [em linha] disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7901> [consultado a 24 de maio de 2020].
- Coutinho, Maria Antónia (2005), “Para uma linguística dos gêneros de texto”, *Diacrítica* 19 (1) pp. 73-88. Disponível em: http://cehum.ilch.uminho.pt/cehum/static/publications/diacritica_19-1.pdf [consultado a 24 de maio de 2020].
- Coutinho, Maria Antónia (2019), *Texto e(m) linguística: Teorias, cruzamentos, aplicações*, Lisboa: Edições Colibri.
- Cuenca, Maria Josep & Bach, Carmen (2007), “Contrasting the form and use of reformulation markers”, *Discourse Studies* vol. 9, pp. 149-175.
- Cuenca, Maria Josep (2003), “Two Ways to Reformulate: A Contrastive Analysis of Reformulation Markers”, *Journal of Pragmatics* 35(7), pp. 1069-1093.
- Duarte, Inês (2003), “Aspectos linguísticos da organização textual”, in M. H. M. Mateus et al. (eds) *Gramática da Língua Portuguesa* (6ª ed, pp. 85-122). Lisboa: Caminho.
- Fløttum, Kjersti (1995) *Dire et redire. La reformulation introduite par c'est-à-dire*. Stavanger: Hogskolen and Stavanger.
- Fløttum & Rastier (eds) (2003), *Academic discourse, multidisciplinary approaches*. Oslo: Novus Forlag.
- Fuchs, Catherine (1982), *La Paraphrase*, Paris: Presses Universitaires de France.

- Gómez, María Pilar (2010), “Marcadores de corrección y rectificación en los textos escritos”, *Revista de Investigación Lingüística*, 13(1), pp. 87-105.
- Gonçalves, Matilde (2014), “Similitudes et différences textuelles dans les genres numériques : blog et site web”, *Studii de lingvistica* 4 (4), p. 75-91, [em linha] disponível em: <http://studiidelingvistica.uoradea.ro/docs/4-2014/articole%20pdf%20SL4/Goncalves.pdf> [consultado a 24 de maio de 2020].
- Gonçalves, Matilde & Valentim, Helena Topa (2017), “Marqueurs discursifs et reformulation en portugais: une affaire de langue et d’activité langagière”, *Pragmalingüística* Monográfico 1, pp. 18-33, [em linha] disponível em <https://revistas.uca.es/index.php/pragma/article/view/2391/3927>
- Gonçalves, Matilde, Jorge, Noémia, Coutinho, Maria Antónia, Fidalgo, Marta & Rosa, Rute (Eds.) (2020), *Práticas Textuais* 18|19 [versão PDF] [em linha] disponível em https://issuu.com/matildegoncalves5/docs/pr_ticas_textuais_18_19
- Gülich, Elizabeth & Kotschi, Thomas (1983), “Les marqueurs de la réformulation paraphrastique, Connecteurs pragmatiques et structure du discours”, *Cahiers de Linguistique Française* 5, Genève, pp. 305-351.
- Gülich, Elizabeth & Kotschi, Thomas (1995), “Discourse production in oral communication”, U. M. Quasthoff (ed.), *Aspects of oral communication*, Berlin/New York: W. De Gruyter, pp. 30-66.
- Jorge, Noémia, Coutinho, Maria Antónia, Fidalgo, Marta & Rosa, Rute (Eds.) (2018), *Práticas Textuais* 17|18 [versão PDF] [em linha] disponível em <http://hdl.handle.net/10362/42697> [consultado a 24 de maio de 2020].
- Kawase, Tomoyuki (2015), “Metadiscourse in the introductions of phd theses and research articles”, *Journal of English for Academic Purposes* 20 pp. 114-124.
- Lopes, Ana Cristina Macário (2014), “Contributo para o estudo sincrónico dos marcadores discursivos quer dizer, ou seja e isto é no português europeu contemporâneo”, *Diacrítica*, 28 (1), pp. 33-50.
- Miranda, Florencia (2017), “Análise interlinguística de gêneros textuais: contributos para o ensino e a tradução”, *DELTA.*, 33, nº3, pp. 811-842. ISSN 0102-4450, [em linha] disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445056244276863621>
- Miranda, Florencia (2010), *Textos e Géneros em Diálogo. Uma Abordagem Linguística da Intertextualização*, Lisboa: FCT-FCT.
- Núñez, Paulina, Muñoz, Astrid & Mihovilovic, Estenka (2006), “Las funciones de los marcadores de reformulación en el discurso académico en formación”, *Revista Signos: Estudios de Lingüística*, 69, nº 32, pp. 471-492.
- Pinto, Ana Sofia Freixo (2018), *Marcadores de reformulação parafrásticos no género artigo científico*, Dissertação de Mestrado em Linguística, Faculdade de Letras da

- Universidade do Porto [em linha] disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/119194/2/318384.pdf> [consultado a 24 de maio de 2020].
- Rastier, François (2001), *Arts et sciences du texte*, Paris: PUF.
- Rosa, Rute (2019), “Modelo didático do género artigo científico: um contributo para o ensino do Português como Língua Adicional”, *BELT – Brazilian English Language Teaching Journal*, vol. 10, n.º 1, pp.1-15 [em linha] disponível em <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3640.2019.1.33154> [consultado em 24 de maio de 2020].
- Rosa, Rute (2020), *A noção de padrão discursivo: textos e géneros em análise*, Tese de Doutoramento em Linguística. – Texto e Discurso, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa [em linha] disponível em <http://hdl.handle.net/10362/97668> [consultado em 24 de maio de 2020].
- Roulet, Eddy (1987), “Complétude interactive et connecteurs réformatifs”, *Cahiers de linguistique française* 8, pp. 111-140.
- Silva, Paulo Nunes da & Rosa, Rute (2019), “O plano de texto do artigo científico: caracterização e perspetivas didáticas”, *DELTA*, São Paulo, vol. 35, n.º 4, pp.1-38 [em linha] disponível em <https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350409> [consultado em 24 de maio de 2020].
- Silva, Paulo Nunes da & Santos, Joana Vieira (2015), “Da Introdução ao Resumo/Abstract: o surgimento de um género híbrido nas atas da Associação Portuguesa de Linguística”, *Revista Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 10, pp. 313-336 [em linha] disponível em https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/313_336.pdf [consultado em 24 de maio de 2020].
- Stumpf, Ida Regina Chitto (1996), “Passado e futuro das revistas científicas”, *Ciência da Informação*, [S.l.], vol. 25, n.º 3, [em linha] disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637> [consultado em 24 de maio de 2020].
- Swales, John (1990), *Genre Analysis. English in Academic and Research Settings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Volochinov, Valentin Nikoláievitch (1977), *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris: Minuit [1929].